

A AGRICULTURA FAMILIAR E O USO DOS RECURSOS AMBIENTAIS NA FRONTEIRA SUDOESTE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Heitor Marcos Kirsch¹
Paulo Dabdab Waquil²

RESUMO

Este trabalho pretende examinar a partir de evidências empíricas, a relação que frequentemente acaba por se estabelecer entre as configurações socioeconômicas de sistemas produtivos da agricultura familiar com os processos de degradação ambiental observados, sobretudo no uso predatório dos recursos naturais nos espaços rurais, considerando-se as concepções e percepções que os agentes sociais atribuem ao ato produtivo e sua relação com o ambiente. O estudo abordado neste artigo é resultado de uma investigação baseada na experiência entre agricultores em unidades de produção familiar no âmbito do município de Pontes e Lacerda, localizado no Vale do Rio Guaporé, região sudoeste do estado de Mato Grosso e que está situada uma localidade de transição entre os biomas do pantanal mato-grossense, o cerrado e a floresta amazônica brasileira, e ainda junto à fronteira hidrológica das bacias do Prata e Amazônica, onde foram entrevistados 27 agricultores em áreas inferiores a 400 hectares.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Recursos ambientais; Degradação ambiental.

ABSTRACT

The aim of this paper is to examine, from some empirical evidences, the relation that is often established between the socio-economic configurations of productive systems of family farming and the processes of environmental degradation observed, chiefly, in the predatory use of natural resources in rural areas, considering the conceptions and perceptions that social agents attribute to the productive act and its relation to the environment. The study we present in this article is the result of a research based on the experience among farmers in family farming unities from the county of Pontes e Lacerda, located in the valley of the Guaporé river, in the southwestern part of the state of Mato Grosso, a point of transition between the biomes of Pantanal Matogrossense, the Cerrado and the Brazilian Amazon rainforest, and close to the hydrological frontier of the Prata and Amazon basins, where 27 farmers, from lands inferior to 400 hectares, were interviewed.

Key-words: Family farming; Environmental resources; Environmental degradation.

¹ Sociólogo, Mestre em Desenvolvimento Rural (UFRGS) e professor na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Rodovia BR 174 km 209 CEP 78250-000 Pontes e Lacerda – MT. E-mail: heitor.kirsch@gmail.com.

² Engenheiro Agrônomo, Ph.D. em Economia Agrícola (University of Wisconsin) e professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Av. João Pessoa, 31 CEP 90040-000 Porto Alegre – RS. e-mail: waquil@ufrgs.br.

1. INTRODUÇÃO

O desafio em se propor um trabalho que toma as questões do rural e do ambiental como seus eixos centrais, expõe uma série de limitações no concernente à forma mais adequada de articulação entre os mais diferentes aspectos que constituem estas temáticas tão complexas. A questão que invariavelmente acaba por ser colocada é, afinal de contas, quais aspectos devem ser privilegiados quando se pretende propor ações institucionais ou mesmo investigar processos tão específicos e dinâmicos?

Em relação ao rural, notadamente os aspectos como a sua paisagem física, bem como as dinâmicas econômicas, sociais, produtivas e ambientais, são usualmente os que acabam sendo considerados, no entanto, constantemente de forma desconexa e/ou privilegiando uma de suas dimensões em detrimento as outras.

As relações de trabalho que se configuram nestes espaços, o papel das inovações tecnológicas e da pesquisa acadêmica, as interações entre o urbano-rural, as trajetórias histórico-culturais destes territórios e seus integrantes, constituem simplesmente alguns dos aspectos que careceriam constituir as abordagens a serem trabalhadas.

A promoção do desenvolvimento nos espaços rurais reflete os limites das abordagens clássicas geralmente adotadas para tal intento, que habitualmente se confundem no próprio entendimento conceitual desta noção (Navarro, 2001). Alguns de seus desdobramentos e que são cada vez mais latentes, são a contínua e constante aceleração dos processos de degradação ambiental e o esgotamento econômico de um modelo de agricultura sustentado no aumento da produção e produtividade através da busca contínua de inovações tecnológicas e uso intensivo de fertilizantes químicos.

Algumas análises mais detalhadas dos programas e projetos direcionados à promoção do desenvolvimento rural, têm identificado uma relação estreita entre a ineficácia destas ações e a inexistência de um prévio estudo e conhecimento aprofundado das realidades locais e regionais a quem estas se destinam.

O fato de haver numa mesma localidade uma diversidade de sistemas produtivos se inter-relacionando e ainda, o fato de nem todos os agentes trabalharem com uma lógica produtiva similar, acaba direcionando para respostas diferentes às políticas e projetos implementados, na medida em que não foram considerados a partir das interpenetrações com os demais fatores que influenciam esta realidade.

Assim, o planejamento de ações e sua consequente aplicação ao meio rural, devem procurar abordagens que superem aspectos paternalistas e baseados

apenas no repasse de novas tecnologias, ainda bastante presente em uma considerável proporção destes.

A tomada de decisão a respeito de políticas públicas exige um embasamento num diagnóstico social, ambiental e econômico para que as demandas a serem consideradas proporcionem a formação de sistemas sustentáveis. Somente desta forma, é possível buscar alternativas que superem este formato, contribuindo para a transformação e a assimilação de novas concepções e abordagens para o desenvolvimento rural.

Certamente para que as propostas de desenvolvimento se tornem exequíveis, é fundamental a identificação das condições de vivência que possibilitem a melhoria da qualidade de vida desta população rural e que estas determinem um desenvolvimento que garanta a sustentabilidade deste território. Isto implica também em identificar formas alternativas de interação com os atores e agentes existentes no espaço social, assim como a necessidade da dimensão ambiental ser colocada igualmente no palco juntos às demais.

No entanto, a institucionalização da problemática ambiental, que insere a temática da utilização dos recursos naturais não é uma questão pacífica. Ela suscita uma arena de disputa política pela definição do significado de desenvolvimento, que projeta as disputas de visões de mundo e os diversos interesses dos atores nela inseridos. Desta forma, ela “[...] não é, e nunca será, uma noção de natureza precisa, discreta, analítica ou aritmética [...] nunca pode ser encontrada em estado puro” (VEIGA, 2006, p. 165).

É ainda preciso considerar que o conjunto de fatores limitadores da possibilidade em se situar uma unidade nas discussões que adotam o meio ambiente enquanto categoria de análise, está diretamente conexa com o “[...] caráter polissêmico do próprio termo; dificuldades próprias de um enfoque científico sobre o meio ambiente; multiplicidade de preocupações que se reagrupam na sensibilidade com o meio ambiente” (JOLLIVET & PAVÉ, 1996, p. 5).

Portanto, as dificuldades em sua conceituação ou mesmo impossibilidade a ela atribuída por alguns teóricos enquanto categoria analítica, acaba aflorando porque há o pressuposto de que subjacente às relações dos indivíduos para com o espaço socialmente produzido, estão as representações sociais daquilo que estes entendem, percebem e delimitam como pertencente ao meio ambiente e a dimensão ambiental socialmente definido.

O desenvolvimento destes espaços territoriais, sobretudo os localizados em ambientes rurais, tem se tornado objeto de investigação acadêmica da área do desenvolvimento rural e da agricultura apenas recentemente. Uma dos maiores desafios, independentemente da filiação teórica, continua sendo o de desenvolvimento de um instrumental teórico-metodológico que abarque a

compreensão das mudanças ocorridas e que continuam ocorrendo no mundo rural, de maneira a não fragmentar a compreensão da realidade destes espaços.

No centro das preocupações que tomam a análise do processo de mudança rural, a utilização de uma abordagem numa perspectiva territorial (SCHNEIDER, TARTARUGA, 2004) e multidimensional do desenvolvimento rural, procurar superar esta visão setorial, portanto fragmentada, do desenvolvimento agrícola.

Neste sentido, o conjunto de evidências empíricas que serão tematizadas ao longo deste trabalho, é resultado da observação de investigação realizada junto a agricultores familiares no município de Pontes e Lacerda, estado de Mato Grosso e tem como finalidade fornecer pistas sobre as características e a dinâmica social, produtiva e de vivência destes e a sua relação com a utilização dos recursos ambientais disponíveis.

Para tanto, este trabalho se organiza metodologicamente com uma caracterização do local onde a investigação foi realizada em seus aspectos históricos, geográficos e socioeconômicos. Esta abordagem tem a intenção em criar um quadro referencial da realidade sobre estes aspectos ao leitor, sobretudo no momento da análise das evidências empíricas resultantes da pesquisa dos agricultores familiares neste contexto.

Em seguida é apresentada a metodologia utilizada na investigação nas diferentes etapas para que na seqüência seja apresentada a descrição dos dados, a avaliação das generalizações possíveis contidas a partir destas informações e as considerações finais que constituem a última seção do trabalho.

2. CARACTERIZAÇÃO DA LOCALIDADE DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

2.1 Aspectos históricos:

A localidade onde hoje está situado o município de Pontes e Lacerda era predominantemente habitada pelos índios Tupi-Guarani da tribo Nambikwara. Estes sofreram uma contínua diminuição em seu contingente populacional a partir das incursões das bandeiras paulistas e do ciclo aurífero entre os séculos XVII e XIX, até serem estabelecidos na reserva da Terra Indígena do Sararé em 1985. Atualmente estão restritos a poucas dezenas de indivíduos.

A ocupação da localidade, no entanto, remete ao início do século XX, com a construção em 1906 do Posto Telegráfico pela Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, também conhecida como Comissão Rondon. A referida estação telegráfica que foi erguida às margens do rio Guaporé,

tinha como objetivo possibilitar o estabelecimento de um mecanismo de comunicação para ligar as cidades de Vila Bela da Santíssima Trindade a Cáceres e desta à capital do estado. No entanto, apenas em 1962 ocorre o início da construção de uma estrada ligando estas duas localidades.

Mas é sobretudo a partir da década de 1970 que a ocupação ou colonização destas áreas passa a ser compreendida pelo governo federal num sentido que “[...] as terras que se situavam em Mato Grosso e Amazônia era vistas como ‘espaços vazios’, inabitados, sendo necessário abrir a fronteira.” (SIQUEIRA, 2002, p. 235).

No entanto, uma característica nesta localidade é que ao longo deste período, a ação estatal através do INCRA, ocorreu com a implantação de projetos de assentamento numa perspectiva de regularização de ações preexistentes promovendo a regularização fundiária em localidades de ocupação espontânea ou posse. Um destes exemplos está na implantação do denominado PAR – Projeto de Assentamento Rápido na localidade que “[...] tinha como objetivo a rápida eliminação dos focos de tensão social nessas áreas.” (MORENO; HIGA, 2005, p. 62).

Com a abertura da rodovia ligando Cuiabá (MT) a Porto Velho (RO), no final da década de 1960, começa a haver uma perceptível diferenciação em termos de trajetória de desenvolvimento social e econômico das diferentes localidades inclusive no sudoeste do estado. Este movimento acentuou-se nesta porção do estado a partir de 1981, motivado pelo deslocamento do trajeto original da citada rodovia, que não mais seguiu margeando o Planalto Central, mas a fronteira com a Bolívia, atravessando toda a microrregião do Alto Guaporé, aumentando o fluxo migratório em direção a esta faixa do estado.

A nova rota e a pavimentação da rodovia eram propostas integrantes do Programa Polonoeste. O convênio deste programa estabelecido entre o Governo Brasileiro e Banco Mundial tinha como objetivo formal promover o desenvolvimento e ocupação da região oeste do estado de Mato Grosso e do estado de Rondônia e sua execução prevista para o período de 1981/1985. Oficialmente consistiam como seus principais objetivos: contribuir para a maior integração nacional; promover a adequada ocupação demográfica da região noroeste do Brasil, absorvendo populações economicamente marginalizadas de outras regiões e proporcionando-lhes emprego; aumentar a produção da região e a renda de sua população; reduzir as disparidades de desenvolvimento intra e inter-regionais; assegurar o crescimento da produção em harmonia com as preocupações de preservação do sistema ecológico e de proteção às comunidades indígenas. (FERREIRA, 1989).

Muito embora houvesse a intenção estratégica em manter os migrantes longe das áreas que eram consideradas ecologicamente frágeis ou ainda ocupadas

por indígenas, isso não ocorreu ao longo de sua execução. Moreno e Higa (2005, p. 214) avaliam que o Programa “[...] enfatizou a execução de obras de infraestrutura como abertura de estradas para o assentamento dos colonos, sem que se atentasse para os problemas ambientais gerados.”

2.2 Aspectos geográficos:

A localidade de Pontes e Lacerda está essencialmente situada em uma região de fronteiras, o que lhe confere uma situação singular em termos de importância investigativa. Posicionada geograficamente na Mesorregião do Sudoeste Mato-grossense e Microrregião do Alto Guaporé, possui uma extensão territorial de 8.423 Km² (IBGE, 2008). Seus limites territoriais com as cidades de Conquista D'Oeste ao norte, Vila Bela da Santíssima Trindade ao sul e oeste, Porto Espiridião ao sul e leste e ainda com o Vale de São Domingos ao norte e leste, a localizam às margens da Rodovia BR-174 e a cerca de 450 Km da capital do estado e já bastante próxima ao país vizinho da Bolívia e do estado de Rondônia, conforme pode ser visualizado na Figura 1.



Figura 1 Mapa da localização da área do estudo em MT
Fonte: Modificado pelo autor a partir de Abreu (2006).

O clima predominante é o tropical úmido, com uma precipitação média anual próxima de 1.500 mm. Com uma altitude média de 254 metros acima do nível do mar, o seu quadro geomorfológico é composto pelas planícies e pantanais do Médio e Alto Guaporé, e pela denominada Depressão do Guaporé. Estas formações

compõem o chamado Vale do Guaporé, cujo rio que lhe dá o nome e atravessa o perímetro urbano do município.

As planícies de pantanais do Médio e Alto Guaporé limitam-se a norte e leste pelos terrenos mais elevados da denominada Depressão do Guaporé, que bordejando as escarpas ocidentais do Planalto dos Parecís que se configuram como sendo uma “superfície rebaixada, aplanada e conservada, entre altitudes de 200 a 250 metros acima do nível do mar, com predomínio de formas de relevo de topos levemente convexos, a partir do qual emergem relevos residuais” (MORENO, 2005, p. 221).

São constituídos por sedimentos quaternários da Formação Guaporé com areias, siltes e sedimentos areno-argilosos parcialmente laterizados.

Localizada em uma área de transição entre a floresta amazônica, o pantanal e o cerrado, a formação vegetal típica do município é constituída em grande parte por florestas estacionais semidecíduais e pelas pastagens nativas de cerrado, com a predominância de solos dos tipos latossolo e o polizólico.

2.3 Aspectos socioeconômicos

O município contava com uma população residente em 2007 de 37.910 habitantes segundo a recente Contagem de População com uma distribuição predominante residindo no perímetro urbano. Apenas 32,40% do total desta se localizavam nas áreas rurais, segundo o censo demográfico realizado em 2000, sendo que dentre o total esta população se constatava uma concentração de 17,69% da população do município pertencentes ao sexo masculino e apenas 14,71% do sexo feminino, o que caracterizava ainda uma distribuição relativamente desproporcional em termos de gênero neste espaço físico, muito embora a diferença em termos proporcionais tenha apresentado uma dinâmica de decréscimo ao longo do período que se estende entre 1980 a 1991 e certa estabilidade no último período.

Outra dinâmica que é significativa, é o processo de urbanização da população ao longo das últimas décadas no município. No início da década de 1980 a população rural representava quase a metade de sua população, índice que não chega a alcançar um terço vinte anos depois, como pode ser verificado na mesma tabela acima. Isso, no entanto não significa que tenha havido um movimento de transferência populacional do espaço rural ao urbano no município, na medida em que as mesmas pesquisas apontam para uma duplicação no número de habitantes absolutos no espaço rural no mesmo período. O que houve foi um movimento migratório de outras localidades ao espaço urbano do município, na medida em que houve um aumento em cerca de quatro vezes em seu total absoluto, aspecto semelhante ao observado por Camarano e Abramovay (1998).

Tabela 1 – Percentual de população residente por sexo, no espaço rural no município de Pontes e Lacerda (MT) – 1980 – 2000. (%)

Sexo	Ano		
	1980	1991	2000
Homens	27,94	19,81	17,69
Mulheres	21,04	17,22	14,71
Total	48,98	37,03	32,40

Fonte: IBGE, 2009.

A principal atividade e fonte econômica do município está centrada na pecuária. No ano de 2007 contava com um rebanho bovino da ordem de 553.688 cabeças (IBGE, 2008), havendo, entretanto, apenas 20.700 vacas ordenhadas e que produziram 26.075.000 litros/ano (IBGE, 2008). As lavouras permanentes e temporária são pouco expressivas em termos econômicos.

Todas estas atividades econômicas no entanto, não geraram uma renda efetiva à população. Havia uma significativa concentração das famílias que não superava a condição de rendimentos mensais de até os 5 salários mínimos, sobretudo as que residiam no meio rural do município. Do universo total de famílias, apenas 26,67% destas alcançavam um patamar superior a este valor, sendo que 21,51% eram de famílias urbanas e apenas 5,16% se encontravam no espaço rural, conforme demonstrado na tabela 2.

A opção pela “família” enquanto foco de análise no quesito da renda, deve-se primordialmente pelo fato de haver uma “[...] lógica econômica das famílias, que se preservam via trabalho e consumo.” (MATTEI, 2007, p. 1064)

Estas informações se analisadas isoladamente, certamente podem remeter a uma vinculação na relação entre a pobreza rural e degradação ambiental tal como indica o Relatório Brundtland (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991). Waquil *et al.* (2004) apontam que, sobretudo a partir deste relatório, é recorrente o estabelecimento quase que usual de um círculo vicioso entre processos de degradação ambiental e pobreza rural enquanto elementos determinantes de um sobre o outro, o que nem sempre se confirma.

Tal como demonstraram estes últimos em suas evidências empíricas, esta relação igualmente parece ser não apropriada ao estudo apresentado a seguir neste trabalho.

Tabela 2 – Distribuição em classes de rendimento nominal mensal por situação de domicílio das famílias no município de Pontes e Lacerda – MT (2000). (%)

Classes de rendimento nominal mensal familiar	Situação do domicílio	
	Urbana	Rural
Sem rendimento	3,29	2,13
Até 1/4 de salário mínimo	0,20	0,09
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	0,65	0,16
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	6,04	3,24
Mais de 1 a 2 salários mínimos	13,25	9,32
Mais de 2 a 3 salários mínimos	10,71	5,90
Mais de 3 a 5 salários mínimos	12,80	5,55
Mais de 5 a 10 salários mínimos	13,52	3,96
Mais de 10 a 15 salários mínimos	3,40	0,18
Mais de 15 a 20 salários mínimos	2,10	0,37
Mais de 20 a 30 salários mínimos	1,06	0,43
Mais de 30 salários mínimos	1,43	0,22
Total	68,47	31,53

Notas: 1 – Dados do Universo; 2 – Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00; 3 – A categoria sem rendimento inclui as pessoas que receberam somente em benefícios.

Fonte: IBGE, 2009.

3. METODOLOGIA UTILIZADA

Para a identificação de uma evidência empírica visando responder aos objetivos de uma investigação, é preciso a utilização de métodos e técnicas que possibilitem esta finalidade, e que irão depender do enfoque teórico proposto pelo investigador Segundo Sautu et al. (2005, p. 38), a metodologia está diretamente relacionada com uma lógica interna da investigação que está se propondo, enquanto que os “[...] métodos tienen como meta la creación o el desarrollo de conocimiento y no solamente su verificación..”. Na concepção da mesma autora ainda, os diferentes paradigmas que orientam as pesquisas no campo das ciências sociais direcionam o modo de compreender e abordar os seus problemas.

Apontam ainda que há uma estreita relação entre os métodos de investigação e as técnicas de produção dos dados com a metodologia utilizada na investigação, muito embora isso não signifique que não possa haver variações.

Assim, para compreender a caracterização das trajetórias da constituição do sistema produtivo e de seus agentes na área de estudo, foram utilizados a pesquisa bibliográfica em documentos históricos existentes que tratam da ocupação da referidas localidade, consistindo assim, numa reconstrução histórica, ainda que subjetiva e parcial. Portanto, esta etapa da pesquisa de campo consistiu na coleta de materiais bibliográficos, tais como publicações, relatórios e arquivos digitalizados.

Num segundo momento da pesquisa foi utilizado um levantamento por amostragem. Este tipo de técnica de pesquisa se caracteriza “[...] pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.” (GIL, 1994, p. 76). A opção por este tipo de pesquisa é basicamente pelas vantagens de conferir um conhecimento direto da realidade e ser indicado para estudos de opinião e atitudes, ainda segundo o mesmo autor.

3.1 A seleção da amostra, técnicas e instrumentos de pesquisa.

Esta fase consistiu na aplicação de um questionário junto aos agricultores, que tinha como uma de suas características o fato de possuir perguntas abertas e fechadas.

Buscou investigar os agricultores que se caracterizavam por se situarem em áreas rurais que normativamente são definidos como sendo de minifúndio e pequenas propriedades rurais, compreendidos aqui a partir da Lei Federal nº 8.629/93 (BRASIL, 1993) que define a pequena propriedade como sendo aquele imóvel rural que compreende uma área entre um e quatro módulos fiscais. Já o minifúndio pode ser caracterizado como sendo o imóvel rural cuja dimensão é inferior ao tamanho de um módulo fiscal fixado para o município ou região. Formalmente, o módulo fiscal equivale à área de uma propriedade familiar, que gere condições de sua manutenção econômica, variável não somente de região para região, como também de acordo com o modo de sua exploração predominante. Para a área em questão nesta pesquisa, o seu tamanho estabelecido é o equivalente a cem hectares e, portanto, em termos mais objetivos, a pesquisa centrou-se em unidades produtivas de até 400 hectares.

A opção por situar as entrevistas deste grupo em áreas de assentamento rural foi motivada pela intenção em focar a pesquisa entre os agricultores com maior tempo de residência na localidade. Assim, a definição das localidades da realização das 27 entrevistas obedeceram a um critério de proporcionalidade para a distribuição destas quanto ao seu tamanho, em quatro áreas de assentamento rural.

A etapa que se seguiu foi a da aplicação dos questionários propriamente dita. Em sua versão final, após as adequações realizadas com aplicação do pré-teste, os questionamentos foram aglutinados em quatro conjuntos, muito embora inúmeras destas perguntas possuam aspectos que se interpenetrem. Portanto, não há um caráter classificatório rígido quanto à sua disposição, servindo muito mais para uma finalidade meramente de organização metodológica da entrevista.

Finalizando, convém apontar que, para que não houvesse ruptura na dinâmica no transcorrer da entrevista, optou-se por utilizar a gravação destas como forma de não omitir ou perder alguma informação que naquele momento

transparecesse desnecessária e não interessante e que poderia se constituir de relevante importância ao longo da análise dos dados, além do fato da limitada capacidade de registro da simples anotação manual num momento como este.

3.2 Procedimentos para a análise e interpretação dos dados

Após a aplicação das técnicas e utilização dos instrumentos de pesquisa, já com os dados coletados, a etapa seguinte consistiu na análise e na interpretação dos dados obtidos a partir da aplicação dos questionários. Muito embora, como aponta Gil (1994), estas etapas estejam conceitualmente separadas, há sempre o estabelecimento de uma estreita relação em ambas. O processo da análise tem “[...] como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação.” (GIL, 1994, p. 166), enquanto que a interpretação busca o “[...] sentido mais amplo das respostas [...]” (GIL, 1994, p. 166)”. Basicamente, as etapas percorridas nesta fase do trabalho seguem a cronologia apontada por este.

Na medida em que as respostas fornecidas para alguns dos questionamentos direcionaram a uma significativa variedade, foi necessário em algumas delas estabelecer um princípio de classificação para possibilitar seu agrupamento em um reduzido número de categorias, com a finalidade de que pudessem ser adequadamente analisadas. E ainda estabeleceu-se um conjunto de categorias que contemplaram todas as respostas obtidas ao questionário, bem como que estas não permitissem a possibilidade de classificação de uma resposta em mais de uma delas.

A etapa seguinte consistiu na codificação das respostas e posteriormente na sua apresentação em forma de gráficos. Após este procedimento, desenvolveram-se as análises estatísticas das informações contidas nas respostas, que se procedeu em dois níveis: na descrição dos dados e na avaliação das generalizações possíveis contidas nestas informações e que constituem as próximas seções.

4. A AGRICULTURA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

A incorporação da dimensão ambiental do desenvolvimento surge como uma preocupação acadêmica, numa forma mais sistematizada de suas relações com as formas de produção na agricultura, num período relativamente recente da história.

Uma abordagem desta situação seria a de considerá-lo como simplesmente decorrente das crescentes e graves limitações de um modelo produtivo de utilização intensiva dos recursos naturais, que por sua vez tem sido colocado em dúvida quanto a sua possibilidade de sustentabilidade, tanto na sua dimensão espacial, como temporal. Assim, o processo de incorporação destes termos seria apreendido como resultado do padrão de desenvolvimento constituído pelo capitalismo industrial.

Já Navarro (2001) considera que nos últimos 50 anos a “ideia” de desenvolvimento pode ser diferenciada em dois momentos distintos. Um primeiro compreende o final da Segunda Guerra Mundial até ao final da década de 1970, período marcado pelo “milagre econômico” e pela “Guerra Fria”. Há uma disseminação global do padrão de desenvolvimento ocidental num momento em que uma considerável parte das nações ainda é essencialmente agrícola e a agricultura ainda é um importante componente econômico no mundo.

Os padrões tecnológicos são impostos pelo processo que ficou conhecido como Revolução Verde, instaurando uma nova racionalidade produtiva nas famílias rurais. No entanto, este movimento atinge de forma distinta da agricultura familiar no mundo, mercantilizandando a vida social e subordinando o mundo rural à forma e estilos de vida e consumo urbanos.

Ainda segundo este autor, no Brasil o desenvolvimento rural era compreendido como um processo de transformação social e econômica, que se refletia na mudança produtiva na agricultura com o uso de novas tecnologias que intencionavam o aumento da produção e da produtividade e com isso, gerariam um aumento da renda familiar.

O segundo momento apontado por Navarro (2001) consiste no período dos anos de 1980, a partir da percepção de que as compreensões sobre o desenvolvimento, associadas com a de progresso eram demasiadamente otimistas e a constatação da impossibilidade do desenvolvimento generalizado, já preconizado por Furtado (1996).

Este período é igualmente marcado, não somente no Brasil, pelo enfraquecimento do papel do Estado e políticas econômicas de cunho neoliberal e que levaram a nova ordem globalizada da produção. A constatação do uso predatório dos recursos naturais, sobretudo da terra, associados à noção da finitude e limite destes recursos, instaura um período de incertezas e riscos e a necessidade de um uso diferenciado da noção de desenvolvimento rural.

A incorporação da qualificação de “sustentável” surge em meados dos anos 1980, e alia a necessidade de padrões ambientais em ações que promovam o desenvolvimento rural. Esta mudança é motivada sobretudo pelos grandes e impactantes acidentes ambientais que tiveram repercussão neste período. Estes

fatos colaboraram na intensificação do seu poder de tornar-se um ponto na agenda de discussões.

No entanto, a incorporação da dimensão ambiental na agenda das discussões, consiste em não considerá-los como apenas reflexo de condições objetivas, mas como resultado de um processo dinâmico de reestruturação, num constante processo de reelaboração coletiva dos valores sociais (BOURDIEU, 1986). Portanto, questões desta dimensão estão igualmente vinculadas a uma construção social, onde os atores e suas decisões são tomados em termos históricos para compreender sua posição (BERGER, LUCKMANN, 2008; CASTORIADIS, 2007).

Neste sentido, sua ação social e conseqüentemente as decisões dos agentes estão sempre situadas no conjunto das relações sociais, onde o seu modo de agir é resultado do processo de acumulação de sua história. Estes têm portanto, uma espécie de racionalidade, uma “lógica de ação” em suas atividades, uma motivação, derivada de “esquemas mentais” incorporados pela sua própria historicidade interiorizada e que passa a ser exteriorizado através de seus atos (BOURDIEU, 1986).

Sua ação social é assim, reflexo de uma realidade não propriamente objetiva, mas, do resultado de uma realidade criada e estruturada socialmente pela interação dos agentes que passam a construir representações coletivas do físico/social expressos como realidades coerentes e evidentes.

De forma alguma está se sugerindo que não existam problemáticas concretas, reais e objetivas, como a pobreza e a fome, ou negar a existência de fenômenos exaustivamente verificados e observados. Problemas relativos à forma de ação humana sobre o meio ambiente, no sentido de modificá-lo e adequá-lo enquanto uma estratégia de sobrevivência, sempre existiram, na medida em que “[...] tais problemas são tão reais que muitos deles eram alvo de atenção especial e de políticas específicas muito antes de a questão ambiental ter sido levantada” (JOLLIVET, 1994, p. 187). Portanto, o que se ressalta é para o fato de que esta construção social também pode se materializar objetivamente, emergindo enquanto um conjunto de ideias ou uma visão de mundo.

O que se pretender salientar é que pensar e refletir o desenvolvimento, sobretudo o rural, e que recentemente passou a ser adjetivado de sustentável (VEIGA, 2006), é conferir-lhe uma dinâmica histórica e espacial que não pode deixar de ser ignorada. Neste contexto, a dimensão ambiental ganha visibilidade e possibilidade de incorporação à discussão do desenvolvimento à medida que a dualidade entre os espaços rural e urbano é superada com a incorporação uma abordagem territorial (SCHNEIDER, TARTARUGA, 2004).

Tomar como ponto de entrada a noção de território para investigar as relações entre questões ambientais e socioeconômicas é buscar na análise as motivações dos seus conflitos pela disputa de definição dos interesses dos agentes e que habitualmente se apresentam como contraditórios. Nesta direção é necessária a identificação de aspectos que não se situem exclusivamente em elementos culturais que facilmente encobrem as razões práticas (BOURDIEU, 1996) que direcionam o desenvolvimento diferenciado dos territórios.

4.1 Agricultores no sudoeste do estado de Mato Grosso.

A localidade de Pontes e Lacerda apresenta como característica o fato de se situar exclusivamente em termos geográficos inserido em uma região de fronteiras. Sua constituição resulta de um processo de migração intra-regional que se estendeu de forma mais intensiva do final da década de 1960 ao final de década de 1980 e cuja atividade produtiva rural é um elemento extremamente importante na composição e na determinação da estrutura social e econômica.

As dinâmicas que ocorreram a partir deste movimento migratório e a trajetória de estruturação e constituição da organização social, política, cultural e econômica neste local, somente ganham entendimento à medida que estes processos são tomados a partir de uma abordagem territorial, onde as relações sociais, políticas e econômicas internas e externas direcionaram sua trajetória singular, e logo, suas relações com o uso dos recursos naturais. Os limitados resultados que as formas de intervenção social têm gerado em boa medida são decorrentes do fato de que as ações de uso predatório destes são tomados isoladamente e portanto, desconsiderados em suas interconexões.

Este fato ocorre porque é igualmente corriqueiro um dualismo entre o que é compreendido como espaço urbano e rural, como se fossem excludentes um ao outro. A dificuldade ocorre sobretudo porque este último notadamente é associado a acepções de ordens demográficas ou produtivas, tal como apontado por Echeverri e Ribero (2005).

Atribuir-lhe uma noção para além das definições normativas (VEIGA, 2003; SCHNEIDER, TARTARUGA, 2004), é também compreendê-lo como local de mediação das relações de poder (BOURDIEU, 1986; GERHARDT & ALMEIDA, 2005), tornando mais evidentes a forma e as motivações de como os agentes que compõem este espaço se mobilizam visando realizar seus interesses, sobretudo os tangíveis.

É neste sentido que parece ganhar significado a abordagem do tipo de relação que estes agricultores familiares em Pontes e Lacerda (MT) mantêm com o meio ambiente para a realização da sua atividade produtiva. Sustenta-se aqui que o

caráter desta relação é extensão de sua trajetória pessoal, bem como sua estrutura produtiva e social.

4.2 Aspectos do sistema produtivo e concepções ambientais dos agricultores no sudoeste do estado de Mato Grosso.

4.2.1 Características socioeconômicas:

Os agricultores familiares em Pontes e Lacerda que foram investigados caracterizam-se por faixa etária majoritariamente idosa, onde cerca de 78% possuem idade superior aos 51 anos.

Originários de locais de nascimento bastante diversificados, com dez origens de estados distintos, conforme pode ser observado no gráfico 1, relataram que sua principal motivação era uma superação na condição de precariedade de acesso à terra, no momento de sua migração ao Mato Grosso. Apenas um pouco mais de um terço deles informou ter sido proprietário de uma unidade produtiva em seu local de origem, e ainda assim, menor em tamanho do que a atual.

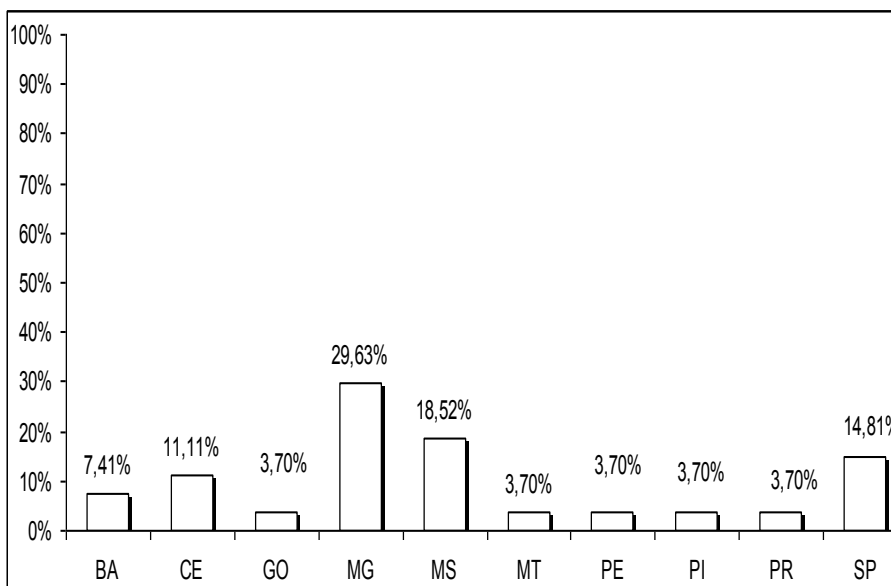


Gráfico1: Local de nascimento dos agricultores
Fonte: Dados da pesquisa.

A sua relação com a localidade pode ser considerada bastante antiga, quase 90% deles residem nela por um período superior a vinte anos, no entanto, muito possivelmente isso resulta no baixo nível de escolaridade verificado entre eles. Cerca de 30% se declarou não-alfabetizado e um índice superior aos 90% não chegou nem mesmo a completar os quatro anos iniciais do ensino fundamental. No entanto, é preciso atentar a uma outra característica vinculada ao processo migratório ocorrido nesta localidade. A sua ocupação ocorreu de forma espontânea e, portanto não vinculada a nenhuma ação estatal planejada.

Assim, algumas características sociais e econômicas do processo migratório verificado neste local reproduzem o que parece ter sido uma dinâmica frequente ao longo de quase toda a segunda metade do século XX. Alves (2005) aponta como característica deste período histórico, analisando especificamente a corrente migratória sulista, dois tipos de movimentos. Num destes, que parece ser este o caso, há predominância de um deslocamento do migrante de uma área rural na sua região de origem para outra, no cerrado ou na região amazônica, construindo habitualmente suas moradias dentro da própria unidade de produção. Este movimento criou condições para que as antigas cidades se tornassem fornecedoras de todo tipo de necessidades oriundas desta nova dinâmica.

Quanto à caracterização da constituição familiar apresentada pelo estudo, há uma predominância entre três e cinco filhos/família. No entanto é igualmente significativo o índice de pouco mais de 22% dos entrevistados que relataram possuir sete filhos ou mais, o que revela um quadro de famílias numerosas residindo neste espaço.

É perceptível também o aspecto de que a atividade produtiva não pode ser reduzida à sua esfera econômica, na medida em que se percebe a importância que as redes de laços familiares ou sociais tiveram, sobretudo no momento da sua migração à localidade. Apenas cerca de 15% dos agricultores relatou ter migrado de forma isolada, enquanto cerca de dois terços deles migraram juntamente com toda a família. Estes componentes sociais ganham ainda mais relevância e visibilidade à medida que a quase totalidade deles informou ter tido algum tipo de parente ou amigo na localidade à época de sua migração.

Quanto aos aspectos sanitários, novamente quase todos, 96,3% deles ainda se utilizavam para o abastecimento residencial de água procedente de poço cavado, no entanto, sem qualquer tipo de tratamento sanitário. Outro aspecto importante verificado e relacionado a este, é o destino do esgoto cloacal doméstico, que apontou que 81,48% deles o remetiam à fossa séptica, 14,81% à latrina, do tipo casinha e outros 3,70% o direcionavam direto no rio ou riacho.

4.2.2 Características ambientais:

Quanto às evidências que caracterizam a relação que estes agricultores estabelecem com o meio ambiente, elas retratam um migrante que ao chegar à esta localidade recebeu uma área praticamente intacta em termos de cobertura florestal. Efetuou sua abertura em um prazo predominantemente inferior aos 10 anos.

Este movimento de abertura da unidade produtiva levou a uma situação em que atualmente nenhuma delas possui uma área de reserva florestal superior a um terço de seu tamanho total. E ainda, outros 22,22% dos entrevistados relataram não possuir nenhuma cobertura deste tipo, o que por si só demonstra uma utilização intensiva do espaço.

A possível relação entre esta sobre-exploração da unidade produtiva e a consequente redução da cobertura florestal com fatores como a constituição familiar numerosa parecem ser pistas a serem consideradas para a compreensão do fenômeno.

A percepção das razões e sobretudo das conseqüências deste tipo de uso da terra, remetem a uma posição de distanciamento do agricultor nesta relação.

A quase totalidade deles narra ter percebido algum tipo de alteração ambiental desde a sua chegada à localidade. Consegue igualmente estabelecer uma explícita relação associativa ao processo de desmatamento como sendo a principal razão da mudança, fato este, relatado por 65% dos entrevistados. No obstante a isso, igualmente chamam a atenção os significativos índices verificados daqueles que alegaram não saber identificar qualquer motivação que levou a estas alterações do meio físico, chegando a ser verificado em um terço dos entrevistados.

Em outros termos, eles não associam a sua atividade produtiva a eventuais problemas ocasionados sobre os ambientes físicos. Esta interpretação ganha significado a medida que se verifica uma expressiva qualificação positiva quanto as mudanças ambientais ocorridas ao longo dos anos. Apenas 13% dos entrevistados julgam haver apenas aspectos negativos a partir das alterações ocorridas sobre o meio natural e quase 40% avaliaram estas mudanças como geradoras de aspectos exclusivamente positivos. Os demais, quase metade deles, se situaram na condição de não saber avaliar as conseqüências dos fenômenos, conforme fica evidenciado no gráfico 2.

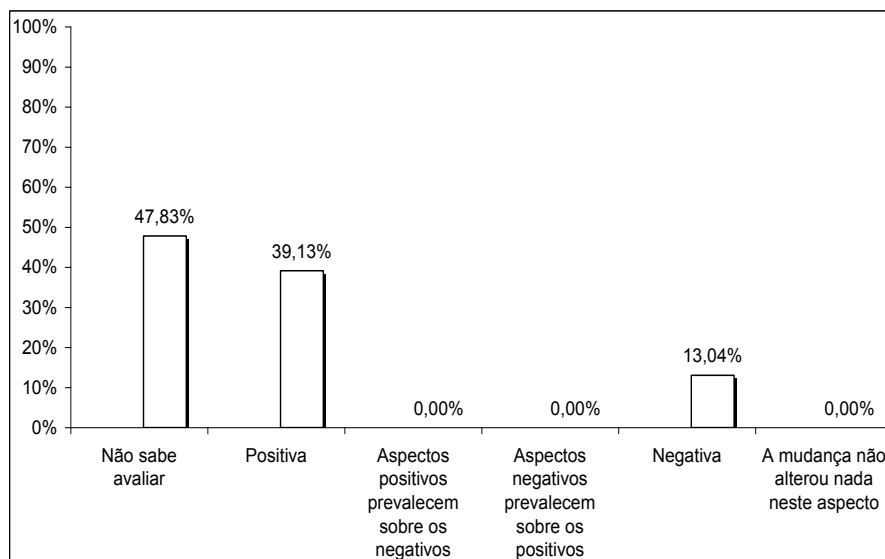


Gráfico 2: Avaliação das mudanças ambientais percebidas pelos agricultores
 Fonte: Dados da pesquisa

A investigação indicou que as alterações percebidas ao longo deste período estão situadas na associação estabelecida pelo agricultor entre o desmatamento e uma disponibilidade hídrica substancialmente maior nos poços e nos riachos para as atividades domésticas e produtivas, o que remete a uma condição em que estas modificações são percebidas como externalidades ao sistema produtivo.

Assim, o conjunto de alterações ambientais e do meio físico não são compreendidos como problemas ou fenômenos que possam de alguma forma ter uma conotação de obstáculo. A relação estabelecida é justamente oposta, ou seja, os agricultores julgam que sem estas alterações ocorridas sobre o ambiente físico a sua atividade produtiva nestes locais, ou estaria inviabilizada, ou no mínimo extremamente dificultada.

O quadro retrata um agricultor que chega à condição de migrante e ocupa uma área com a cobertura florestal praticamente ileso, que recorre ao desmatamento e utiliza o recurso da queimada, ao menos neste momento, para a abertura e introdução da sua atividade produtiva, num período inferior aos dez anos iniciais após a sua chegada à unidade produtiva, percebe que esta dinâmica de modificação sobre o ambiente físico acarreta mudanças ambientais ao longo do tempo, mas não a identifica como sendo um problema.

A pesquisa também identificou que a percepção destas ações como sendo um problema ambiental, ou ainda mais pontualmente, a processos de degradação ambiental, não são percebidas como tais por estes agricultores. A identificação do que se apresenta como um problema ambiental para eles, pode ser relacionado a fenômenos de desequilíbrios socioambientais e não raro, a solução é buscada exogenamente ao seu sistema produtivo.

Assim, o sentido atribuído às ações do desmatamento e das queimadas, a uma qualificação de um problema ambiental ou a processos identificados como sendo de degradação ambiental, é em grande medida resultado dos argumentos discursivos utilizados para tal (HANNIGAN, 2000).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que permeou este trabalho foi a tentativa de identificar evidências empíricas, que não se situassem exclusivamente em elementos produtivos, acerca da caracterização do uso dos recursos ambientais pelos agricultores familiares no município de Pontes e Lacerda, localizado na região sudoeste do estado de Mato Grosso.

Estas evidências sugerem que a apreensão do sentido do uso dos recursos naturais é internalizada pelos entrevistados como mecanismo de viabilização e otimização de seu ato produtivo e de suas condições de reprodução social. Assim, este uso não se constitui para eles enquanto elemento determinante do processo de degradação ambiental, nem tampouco enquanto obstáculo ou problema.

Estas evidências passam a ter consistência à medida em que se considera que a ocupação efetiva desta localidade ocorreu num contexto de uma profunda transformação da agricultura brasileira, que no entanto, apenas refletia um processo social, político e econômico muito mais amplo em andamento. A Revolução Verde, marco deste processo, representava a “modernização” deste setor econômico, não conseguindo contudo suplantar duas consequências importantes. A primeira foi a de não perceber que, além do objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícola, era fundamental que a riqueza produzida fosse socialmente distribuída. O que efetivamente ocorreu apontou na direção oposta. Esta por sua vez levou a uma segunda, que está no fato de que o processo de modernização foi custeado pela pauperização, ainda persistente atualmente, em uma parcela significativa do meio rural.

Há um relativo consenso de que o desenvolvimento agrícola, traduzido na modernização e tecnificação deste setor, não geraram efetivamente um desenvolvimento rural, isso porque, a pouca eficácia das políticas de intervenção

social sobretudo no espaço rural, são resultado de uma visão marcadamente homogeneizante e redutora de uma realidade que intrinsecamente é multidimensional.

Não consideram o território e sua trajetória, as articulações de suas relações internas e externas e, sobretudo, são elaboradas sem a participação e o envolvimento de seus agentes sociais. Como decorrência mais usual deste cenário, associam de forma determinista a degradação ambiental com a pobreza rural e a conseqüente intensificação do uso predatório da terra.

O que ficou evidenciado é que esta relação é inadequada neste caso, tal como já observaram Waquil et al. (2004) de que “[...] a redução da pobreza rural não implica, necessariamente, em redução da degradação ambiental; também a redução da degradação não implica, necessariamente, em redução da pobreza no espaço rural.” (p. 335)

Ainda há o fato de considerar o rural como espaço exclusivo da atividade agrícola, tomando o rural e o agrícola como elementos analíticos análogos. Usualmente esta associação direciona para que as políticas públicas centrem-se num enfoque setorial, impossibilitando sua interpelação pelo viés do princípio da complexidade, restringindo a análise da diversidade cada vez maior de atores que compõe este espaço.

A internalização no uso dos recursos naturais e suas relações com as ações produtivas dos agricultores familiares no sudoeste do estado de Mato Grosso precisam ser compreendidas a partir da lógica de ação destes, de sua intencionalidade, que lhe é própria e derivada de “esquemas mentais”, que passam a ser exteriorizados pelos seus atos sociais e produtivos.

Desconsiderar as motivações que orientam as escolhas, os valores e as atitudes e visões de mundo de indivíduos, em sociedades marcadamente distintas, na busca de uma qualidade de vida melhor, segundo as verdades que lhes são próprias, parece restringir a complexidade da análise que a temática requer.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

———. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996. 231 p.

ABREU, Raphael Lorenzeto. Map of MatoGrosso State. San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, April 2006. Disponível em:
http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:26r26ogrosso_MesoMicroMunicip.svg.
Acesso em: 15 mar. 2009.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira. *Agrária*, São Paulo, n. 2, p. 40-68, 2005.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 247 p.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 313 p.

BRASIL, Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8629.htm>. Acesso em: 31 jan 2009.

CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos cinquenta anos. XXI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais: ANPOCS; Caxambu, mimeo, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 418 p.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.

ECHEVERRI, Rafael; RIBERO, Maria Pilar. Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável. Brasília: IICA, 2005. 195 p.

FERREIRA, Maria Saleti Ferrez Dias. Mato Grosso: impacto ambiental na área de abrangência da BR-364. Brasília: CNPq, 1989. 40 p.

FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1996. 89 p.

GERHARDT, Cleyton Henrique; ALMEIDA, Jalcione. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, SP, v. 8, n. 2, p. 53-83, 2005.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 1994. p. 207

HANNIGAN, John A. A construção social dos problemas sociais. In: HANNIGAN, John A. *Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000. p. 47-78

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades@. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 2 fev. 2009.

———. Sidra@. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=cd&o=4&i=P>. Acesso em: 5 fev. 2009.

JOLLIVET, Marcel & PAVÉ, Alain. O meio ambiente: um campo de pesquisa em formação. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, PB, ano 15, n. 12, p. 3-13, jan. 1996.

JOLLIVET, Marcel. Agricultura e meio ambiente: reflexões sociológicas. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 24, p. 183-198, 1994. Número especial.

MATTEI, Lauro. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. Revista de Economia e Sociologia Rural. v. 45, n.4, p. 1055-1073, 2007.

MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza (Org.). Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. 296 p.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Revista Estudos Avançados, v.15 n. 43, São Paulo, set./dez. 2001. p. 83-100.

SAUTU, Ruth *et al.* La construcción del marco teórico en la investigación social. In: MANUAL de metodología: construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. p. 29-81.

Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/metodo/RSCapitulo%201.pdf> Acesso em: 29 jan. 2009.

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Ivan Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. Raízes: Revista de Ciências Sociais, Campina Grande, v. 23, n. 1-2, p.99-117, jan./dez. 2004

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002. 272 p.

VEIGA, José Eli da. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003. 304 p.

———. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 226 p.

WAQUIL, Paulo Dabdab *et al.*. Pobreza Rural e Degradação Ambiental: uma Refutação da Hipótese do Círculo Vicioso. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 42, p. 317-340, 2004.